



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC/CAMPUS I
CURSO DE PEDAGOGIA**

EDJANE MOREIRA REIS

**ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO NO CURSO DE PEDAGOGIA:
ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA**

**SALVADOR - BA
2025**

EDJANE MOREIRA REIS

**ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO NO CURSO DE PEDAGOGIA:
ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lílian Fonseca Lima

SALVADOR - BA
2025


EDJANE MOREIRA REIS

**ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO NO CURSO DE
PEDAGOGIA: análise de uma experiência formativa**


Trabalho de Conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia Campus I, Salvador, da Universidade do Estado da Bahia, sob orientação da Prof^a. Dr^a Lílian Fonseca Lima.

Aprovada em: 18/07/2025


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **LILIAN FONSECA LIMA**
Data: 19/07/2025 16:02:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. (a) Dr. (a) Lílian Fonseca Lima – Orientador(a)
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Documento assinado digitalmente
 **ANTONETE ARAUJO SILVA XAVIER**
Data: 21/07/2025 11:53:33-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. (a) Dr. (a) Antonete Araújo Silva Xavier – Avaliadora
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA TEREZA FONSECA ALMEIDA**
Data: 20/07/2025 07:21:26-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. (a) Dr. (a) Márcia Tereza Fonseca Almeida – Avaliadora
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

AGRADECIMENTOS

A caminhada até aqui não foi solitária. Ao longo dessa trajetória, muitas pessoas contribuíram, direta ou indiretamente, para que este trabalho se tornasse possível. A todas elas, deixo aqui minha sincera gratidão. Concluir este trabalho representa muito mais do que o fim de uma etapa: é a soma de aprendizados, desafios superados e, principalmente, da presença generosa de pessoas que me apoiaram.

Primeiramente, venho agradecer a Deus, por me conceder saúde, sabedoria e força para superar os desafios ao longo desta jornada. A Ele toda a honra e glória por mais esta conquista.

Prof^a Dr^a Lílian Fonseca Lima, minha orientadora, agradeço pelo apoio, paciência e contribuições extremamente valiosas durante todo o processo de elaboração, e pelas reflexões instigantes ao longo deste trabalho. Meus mais sinceros, obrigada!

Agradeço à minha família, especialmente a minha mãe, Meire Jane, pelo amor incondicional e apoio com palavras de incentivos em todos os semestres, além dos encorajamentos constantes e pelo exemplo de dedicação, a ela minha gratidão e amor.

Aos meus amigos, principalmente a Êmile, Milena e Karine pela paciência nas horas difíceis e pela presença constante em cada momento vivenciado na Universidade, a elas, minha gratidão eterna, agradeço infinitamente.

Por fim, sem vocês, esta caminhada teria sido muito difícil, além de que, seria ainda mais cansativa sem cada uma das pessoas que perpassaram nesta caminhada comigo, pois, sem vocês a minha permanência seria inviável. Muito obrigada!!!

“...a escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmos...”
(Paulo Freire)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Sala do Ensino fundamental I ao Ensino Médio	28
Figura 2	Sala da Educação Infantil	30
Figura 3	Parquinho infantil	31
Figura 4	Pátio 2 (coberto)	33
Figura 5	Quadra de esportes	34
Figura 6	Pátio 1 (descoberto)	35
Figura 7	Sala de aula do 1° ao 5° ano do Ensino Fundamental I	37
Figura 8	Pátio coberto	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PAAP	Programa de Apoio à Aprendizagem
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
SMED	Secretaria Municipal de Educação de Salvador
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TCE	Termo de Compromisso de Estágio

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa o estágio não obrigatório remunerado como prática formativa no curso de Pedagogia, destacando sua importância na construção da identidade docente e na articulação entre teoria e prática. A pesquisa está organizada em quatro seções, que abordam desde os aspectos legais do estágio até as relações interpessoais vivenciadas nas instituições e as experiências formativas em cada uma delas. O estudo foi realizado em duas escolas — uma da rede pública e outra da rede privada — com turmas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I. O objetivo geral deste trabalho é significar a experiência formativa realizada nos estágios não obrigatórios remunerados em diferentes contextos escolares da rede pública e particular. A base teórica foi com autores como Pimenta (1999), Sousa (2009), Larrosa Bondía (2002), Contreras Domingo (2010), Piaget (1973), entre outros. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, (André, 1986, 2013), que utiliza a narrativa (Clandinin; Connelly, 2015) para compreender a experiência vivida no estágio não obrigatório remunerado enquanto experiência concreta da prática docente. As experiências analisadas reforçam a importância da escuta, da colaboração e da práxis na formação do futuro docente, contribuindo para o desenvolvimento de competências, o fortalecimento da identidade profissional e a construção de uma prática mais crítica e transformadora, além de que, reconhece-se essas experiências como espaços legítimos de aprendizagem, desde que sejam acompanhadas por supervisão adequada e condições formativas estruturadas. O estudo evidencia que essa modalidade de estágio proporciona experiências significativas de aprendizagem, favorecendo uma formação docente mais crítica, reflexiva e alinhada à realidade educacional.

Palavras-chave: Formação docente. Estágio não obrigatório remunerado. Pedagogia.

ABSTRACT

This final project analyzes the paid internship as a formative practice in the Pedagogy program, highlighting its importance in building teacher identity and in connecting theory and practice. The research is organized into four topics, ranging from the legal aspects of the internship to the interpersonal relationships experienced in the institutions and the formative experiences within each. The study was conducted in two schools — one public and one private — with classes in Early Childhood Education and Elementary School I. The overall objective of this work is to define the formative experience of paid internships in different school contexts in the public and private schools. The theoretical basis was drawn from authors such as Pimenta (1999), Sousa (2009), Larrosa Bondía (2002), Contreras Domingo (2010), and Piaget (1973), among others. This is qualitative research (André, 1986, 2013) that uses narrative (Clandinin; Connelly, 2015) to understand the lived experience of the non-mandatory paid internship as a concrete experience of teaching practice. The evidence-based experiences reinforce the importance of listening, collaboration, and praxis in the training of future teachers, contributing to the development of skills, the strengthening of professional identity, and the construction of a more critical and transformative practice. Furthermore, these experiences are confirmed as legitimate learning spaces, provided they are accompanied by adequate supervision and structured training conditions. The study demonstrates that this internship modality provides meaningful learning experiences, fostering more critical, reflective, and aligned teacher training with the educational reality.

Keywords: Teacher training. Non-mandatory paid internship. Pedagogy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE ENQUANTO EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO.....	14
2.1 A FORMAÇÃO INICIAL: BREVE PANORAMA.....	14
2.2 CONCEITO DE EXPERIÊNCIA.....	15
2.3 O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO EM PEDAGOGIA COMO EXPERIÊNCIA FORMATIVA.....	18
2.3.3 As relações interpessoais.....	22
3. A EXPERIÊNCIA FORMATIVA NOS ESPAÇOS DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO: CARACTERIZANDO A PESQUISA.....	24
3.1 CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA 1 E SEUS AMBIENTES.....	26
3.1.1 Percepções sobre a experiência na escola 1.....	28
3.2 CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA 2 E SEUS AMBIENTES.....	35
3.2.1 Percepções sobre a experiência na escola 2.....	38
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43

1. INTRODUÇÃO

O estágio se configura nos cursos de graduação como um componente curricular de extrema relevância ao estudante no campo da docência, sendo ele o curricular supervisionado ou o estágio não obrigatório remunerado. Ambos trazem para estudantes diversas aprendizagens para o seu desenvolvimento profissional, entretanto, é preciso compreender e analisar os objetivos do estágio, sua legislação e suas implicações. Neste sentido, Sousa (2009) destaca que:

O Estágio é uma atividade de grande importância para o processo de formação do estudante, contribuindo para aprendizagem social, profissional e cultural desse aluno. É nesse período relativamente curto, que o discente se aproxima do profissional que ele se propõe ser – e da profissão que irá exercer – não mais na forma teórica, mas sim na prática, na realidade escolar, na sala de aula onde os fatos ocorrem (Sousa, 2009, apud Lima et. al., 2012, p.6).

Sousa (2009) ao falar da importância do estágio como processo de desenvolvimento na formação do discente, onde na trajetória acadêmica passa a ter oportunidades de pôr em prática as teorias aprendidas e saberes construídos, tanto no estágio supervisionado, quanto pode ser estendida ao estágio não obrigatório remunerado.

Assim a vivência prática de uma profissão ajuda a consolidar o conhecimento teórico e a entender melhor as necessidades do mercado de trabalho, preparando o(a) futuro profissional estagiário(a) para desafios futuros. Além disso, em algumas instituições, os(as) estagiários(as) podem ser sobrecarregados com tarefas repetitivas e de baixo valor agregado, o que limita as oportunidades de aprendizagem. Assim, é importante que as escolas/instituições ofereçam tarefas desafiadoras e relevantes, que agreguem valor à sua formação, para além da dicotomia entre teoria e prática.

Ao pleitear a modalidade de estágio não obrigatório remunerado, vislumbra-se a oportunidade concreta de desenvolver habilidades técnicas, analíticas e reflexivas do ambiente profissional, aliado a possibilidade de remuneração que o(a) estagiário(a) almeja. Nesta experiência, dentre outras, é possível aprimorar competências como comunicação, trabalho em equipe, resolução de problemas e gestão de tempo que são fundamentais para qualquer carreira. Isso também amplia as oportunidades de emprego após a conclusão do curso, já que muitas

instituições/escolas contratam estagiários(as) efetivos ou indicam para outras vagas dentro de sua rede de contatos.

Participar de ações que ampliem a experiência profissional como o estágio não obrigatório remunerado é essencial, pois fortalece a formação docente, uma vez que nos aproxima de reflexões tais como, se estamos preparadas para enfrentar os desafios da docência, ou sobre a valorização e/ou precarização da futura profissão. Isso não apenas contribui para a qualidade da formação docente, mas também para pensar a construção de uma educação mais equitativa e eficaz que beneficia a sociedade como um todo.

Diante o exposto, este tema foi escolhido considerando minhas experiências formativas vivenciadas em duas escolas diferentes, uma da rede particular e outra na rede pública, na modalidade de estágio não obrigatório remunerado. Em cada uma delas foi permitido ver pontos diferentes na aprendizagem e na valorização do(a) estagiário(a).

Como forma de maior apropriação em relação ao tema, foi necessário uma busca por estudos voltados a essa temática, assim, realizei algumas pesquisas em fontes escolhidas para produção de informação como artigos. Esse levantamento de dados foi realizado em sites acadêmicos na busca da compreensão dos problemas enfrentados pelos estagiários(as) de pedagogia.

O primeiro artigo utilizado para a compreensão do tema é intitulado “O estágio supervisionado e suas contribuições para a formação docente” de Isabela de Cássia Costa Vieira (2020), discorre a importância do estágio supervisionado na formação docente, do medo de como esse discente/estagiário(a) seria recebido na instituição ao qual estaria sendo inserido, que, por ser uma situação nova em um ambiente ao qual não estão habituados tendem a ter dificuldades, mas, que essas situações são de extrema importância, possibilitando a realização de novos debates a acerca do processo de ensino e aprendizagem do graduando permitindo a construção de percepções que no futuro lhe darão com o suporte no exercício da docência, podendo ser uma oportunidade para o pedagogo em formação pensar se seguirá nesta profissão ou não.

E, ao falar sobre o estágio não obrigatório remunerado o artigo intitulado “Estudantes de pedagogia em estágio não obrigatório: reflexões para a formação docente” de Ludimilla Carneiro, Simone de Almeida e Bruno Venancio (2022), discorrem a importância do estágio na formação do discente em pedagogia, assim,

podendo colocar as teorias aprendidas na prática em campo.

Este requisito, o estágio, é fundamental para o pedagogo em formação, pois basear-se somente em teorias não é suficiente para exercer o ofício, às vezes, o estágio supervisionado fornecido pela universidade não é suficiente e satisfatório para aprendizagem do “fazer docente”, este conhecido como um vivencial de oportunidades, como regência em sala e reflexão ampla de um cenário escolar, que o estágio não obrigatório proporciona com mais ênfase.

Portanto, a experiência de estágio além dos componentes obrigatórios é uma oportunidade de conviver com os diversos desafios, observar a docência de perto e refletir criticamente sobre como enfrentar e superá-los. Entretanto, as dificuldades e desafios enfrentados relatados no artigo, em grande parte, foi devido à pouca experiência dos discentes e pela falta de suporte durante sua experiência na instituição.

Entendo que aprofundar este tema no sentido de uma investigação como experiência formativa, não é apenas uma forma de problematizar o vivenciado, mas de aprofundar a reflexão sobre a construção de conhecimentos, de uma prática pedagógica colaborativa, não deixando de lado a melhoria dos processos formativos.

Diante disso, a relevância desta pesquisa se justifica na exigência de ampliar o debate acerca do estágio não obrigatório remunerado compreendendo-o como um espaço de possibilidades para a aprendizagem da docência, de sentidos para a relação educativa considerando os desafios postos pelas condições e exigências de cada instituição acolhedora.

O exposto nos direciona para a seguinte indagação de pesquisa: Como a experiência formativa/profissional no estágio não obrigatório remunerado, contribui para a aprendizagem de saberes da docência do (a) futuro (a) Pedagogo(a)?

Neste sentido, apresento como objetivo geral: significar a experiência formativa realizada nos estágios não obrigatórios remunerados em diferentes contextos escolares da rede pública e particular. Destaco como objetivos específicos: discutir sobre a formação e estágio não obrigatório remunerado; analisar as atividades indicadas pela instituição e desempenhadas durante o referido estágio; refletir sobre os desafios enfrentados nos estágios não obrigatórios remunerados.

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, segundo Marli André (1986), a pesquisa qualitativa é um tipo de investigação que se preocupa em compreender os

significados, valores, intencionalidades e relações humanas em contextos sociais específicos.

Para atender aos objetivos propostos e entrelaçar ideias relacionadas a experiência do estágio não obrigatório remunerado, utilizo dos princípios da pesquisa narrativa, sendo uma vertente qualitativa que tem como foco a análise das experiências humanas, metodologia que permitiu explorar, refletir e significar uma prática vivenciada e inserida num determinado contexto social.

De acordo com André (2013), esse tipo de investigação busca compreender como os sujeitos constroem significados a partir de suas vivências, especialmente em contextos educacionais. Para os autores Clandinin e Connelly (2015, p. 48) a vida é feita de fragmentos narrativos que estão “decretados em momentos históricos de tempo e espaço”.

Dessa maneira, o que está em destaque neste trabalho é, conforme os autores, o que diferencia a narrativa de outras abordagens metodológicas: a ênfase dada à experiência, e, nesse caso, a experiência formativa de estágio não obrigatório remunerado. O campo de pesquisa situa-se em duas escolas distintas, uma da rede pública, e outra da rede particular, em turmas do G3 ao G5 na Educação Infantil e do 1º ao 5º ano das séries iniciais do Ensino Fundamental I.

A fundamentação teórica utilizada neste trabalho foi feita com os seguintes autores como, Pimenta (1999), abordando sobre a formação docente inicial e sua importância na construção da identidade docente, Sousa (2009), sobre o que é o estágio e sua importância, Larrosa Bondía (2002), com o conceito de experiência num contexto geral. Contreras Domingo (2010), trata do conceito de experiência no campo educacional, Piaget (1973), da relação do sujeito com o ambiente e a importância que essa interação traz para a construção da identidade docente para a estudante em formação, além de outros autores que são citados.

O trabalho está composto além desta introdução, por três seções: a segunda aborda teoricamente a formação inicial docente enquanto experiência no estágio não obrigatório remunerado, apresenta conceitualmente a experiência e as leis que norteiam o estágio e o(a) estagiário(a). A terceira seção é a caracterização da pesquisa sobre a experiência formativa nas Escola 1 e Escola 2 e as reflexões sobre a experiência em cada uma delas. E por último, as considerações finais do trabalho em relação à aprendizagem obtida durante o estágio referido.

2. FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE ENQUANTO EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO

Para compreender a discussão sobre formação docente enquanto experiência, inicialmente faço uma breve introdução sobre a formação docente e como se dá seu processo. Em seguida, abordo o conceito de experiência e suas múltiplas significações nos diferentes contextos em que pode estar inserido, especialmente no campo educacional, após isso, contextualizo com o estágio não obrigatório remunerado enquanto experiência formativa para o discente de pedagogia. Por fim, apresento a lei vigente que engloba o(a) estagiário(a) garantindo seus direitos e deveres, também, como o estágio se dá nos aspectos socioeconômicos e como as relações interpessoais são formadas e a importância de criar vínculos numa instituição de ensino, analisando os impactos que essa vivência pode ocasionar em sua trajetória acadêmica.

2.1 A FORMAÇÃO INICIAL: BREVE PANORAMA

Para Selma Pimenta (1999), no livro “Saberes pedagógicos e atividades docentes”, no capítulo intitulado “A formação de professores: identidade e saberes da docência”, nos remete a uma reflexão crítica sobre a formação docente, defendendo-a como um processo contínuo, dinâmico e ancorado na experiência vivida pelo professor.

A autora rompe com concepções tradicionais e tecnicistas de formação, que reduzem o docente à aplicação de métodos previamente definidos, e passa a compreendê-lo como sujeito ativo e reflexivo, uma vez que:

[...] para o exercício de sua atividade docente, uma vez que a professorar não é uma atividade burocrática para a qual se adquire conhecimentos e habilidades técnico-mecânicas. Dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimentos habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes-fazeres docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. (Pimenta, 1999, p.18)

Para Pimenta (1999), o exercício da atividade docente não é algo meramente burocrático voltado para processos de mecanização, onde o aluno utiliza de

memorização dos conteúdos passados em sala de aula, mas sim, em que o aluno ele é o protagonista de seus conhecimentos e o professor(a) sendo o seu mediador para a compreensão dos saberes cotidianos, sociais, e da aprimoração do desenvolvimento dessas aprendizagens.

Em suma, Pimenta (1999) sustenta que a experiência, enquanto categoria formativa, deve ser entendida não como mera vivência, mas como vivência refletida, que permite ao educador construir sentidos sobre sua prática e desenvolver sua identidade profissional. Nesse sentido, a formação docente deve articular a teoria com a prática, promovendo um processo permanente de ação-reflexão-ação, no qual o professor se apropria de saberes construídos em sua trajetória e os ressignifica à luz de contextos históricos, sociais e culturais.

Além disso, a autora ressalta a importância da compreensão da docência como prática social e política, o que implica reconhecer o professor como intelectual comprometido com a transformação da realidade. Assim, a formação docente deve ultrapassar os limites da técnica e promover o desenvolvimento de uma consciência crítica e ética, capaz de enfrentar os desafios da educação contemporânea.

Na formação docente a experiência é um elemento importante, pois permite a reflexão e a construção de uma identidade docente, no entanto, é preciso ter cuidado para não se limitar às vivências, pois isso pode comprometer o processo formativo. Dessa forma, na formação docente leva em consideração a experiência de vida e as vivências em sala de aula contribuindo para a construção da identidade docente, permitindo aos futuros professores refletir sobre a sua ação e ressignificar a sua prática, sendo articulada com a teoria, levando a construir uma prática pedagógica que não se limite ao senso comum, e um dos elementos de partida importantíssimo para a formação de professores é considerar a singularidade de cada um.

2.2 CONCEITO DE EXPERIÊNCIA

Para iniciar a falar sobre o conceito de experiência, devemos, previamente, compreender sobre a palavra “experiência”. Para começar foi feito uma pesquisa sobre a palavra experiência no dicionário online, no *‘Dicio: Dicionário Online de Português’*, onde o termo “experiência” é amplamente utilizado em diversos contextos, mas seu significado pode variar conforme a perspectiva adotada, seja,

filosófica, sociológica, educacional ou até mesmo do senso comum. Na etimologia a palavra experiência tem sua origem do latim *experientia.ae.*, com seu sentido voltado a tentativa (Lima, 2024, p. 35).

De certa forma, ao transpor o conceito de experiência para o contexto do cotidiano, compreendemos que ela desempenha um papel fundamental na formação da identidade, como numa viagem, perda, uma experiência profissional, ou mesmo, uma conversa significativa, cada uma dessas contribui de maneira singular para a construção de quem somos devido às marcas que se fixam em nossos corpos e mentes, deixadas por pessoas, descobertas, informações e sensações experimentadas. A experiência, nesse sentido, revela-se como um fenômeno subjetivo e irrepetível, pois está profundamente vinculada à percepção individual e às emoções que acompanham cada situação vivida.

Além disso, no mundo do trabalho, ter “experiência” significa já ter passado por situações similares anteriormente, o que gera uma expectativa de competência e confiança. Porém, é importante lembrar que a qualidade da experiência não se resume ao tempo vivido, mas sim, ao que se extraiu dele em termos de aprendizado e transformação.

Portanto, o conceito de experiência é rico e multifacetado. Ele envolve não apenas viver algo, mas refletir sobre isso, atribuir sentido e, a partir disso, transformar-se. A experiência, é uma ponte entre o que vivemos e o que nos tornamos.

De forma geral, a experiência se refere ao conjunto de vivências pelas quais um indivíduo passa ao longo da vida, sendo elas marcadas por aprendizados, emoções, interpretações e reflexões. Neste sentido, Larrosa Bondía (2002) fala que:

“...A palavra experiência tem ‘ex’ de exterior, de estrangeiro, de exílio, de estranho e também o ex de existência. a experiência é passagem da existência, a passagem de um ser que não tem essência ou razão ou fundamento, mas que simplesmente “ex-iste” de uma forma sempre singular, finita, imanente, contingente...” (Larrosa Bondía, 2002, p. 25)

Larrosa Bondía (2002) traz uma reflexão sobre um dos significados do que é a palavra experiência e o que ela remete, entendemos que sua finalidade e proposta é complexa e diversificada, por ter uma essência, razão e fundamento sobre o indivíduo e sua existência.

Nessa perspectiva e ampliando o conceito, pensadores como John Dewey

(1958) e Walter Benjamin (2012) discutiram a experiência como um processo que vai além do mero acúmulo de fatos. Para Dewey (1958), por exemplo, a experiência está intimamente ligada à educação e ao crescimento pessoal, sendo um caminho de aprendizado contínuo que conecta o indivíduo ao mundo. Dewey (1958) também destaca que a formação docente é tida como uma experiência contínua, reflexiva e prática, profundamente conectada ao contexto e à realidade do educador e do educando. Para ele, a educação não é apenas transmissão de conteúdo, mas um processo de reconstrução da experiência, no qual o professor é também um aprendiz.

Walter Benjamin (2012), apresenta uma crítica à modernidade por enfraquecer a experiência autêntica, substituindo-a por informações rápidas e superficiais, não levando ao aprofundamento e à busca concreta delas, ele ressalta que “[...] a experiência está em crise e assim continuará indefinidamente” (Benjamin, 2012 *apud* Lima, 2024, p.38), isso se dá devido às variações da utilização da palavra em seu cotidiano e como ela vem sendo compreendida.

De acordo com Lima (2024), quando deslocamos o termo experiência para o contexto educativo, o conceito de experiência assume um papel central e transformador. Mais do que um simples acúmulo de informações, a experiência é entendida como um processo dinâmico que envolve ação, reflexão e aprendizagem significativa. Ao contrário de um ensino puramente teórico ou mecânico, a experiência educativa se constrói a partir da interação entre o sujeito e o mundo, possibilitando uma aprendizagem viva, contextualizada e relevante. Assim, Dadico (2015) fala que:

[...] a experiência não nasce daquilo que se obtém facilmente e sem risco (como um produto de consumo, por exemplo); a experiência é fruto de uma busca, capaz de promover uma reflexão que se desenvolve apenas no decurso do tempo, um encontro desafiador com o desconhecido, cuja superação enseja um aprendizado digno de ser comunicado (Dadico, 2015 *apud* Lima, 2024, p.39).

Ao compreender a experiência como formadora de valores, significados e subjetividades, Lima (2024) recorreu à perspectiva epistêmica proposta por Contreras Domingo (2010), pois, para o autor, o sentido da experiência reside em explorar a vivência educativa de modo a valorizar as vidas envolvidas, suas relações e significados, por isso:

[...] vai além dos acontecimentos vividos, das coisas que fizemos ou experimentamos ao longo da vida. [...] a experiência é interromper o fluxo do bom senso, que recolhe tudo, mas nada modifica, abrir-se para as questões sobre o que você vivenciou e não pensou sobre isso, ou o que está planejado e tem por fazer (Contreras Domingo, 2010, apud, Lima, 2024, p. 23)

Logo, a palavra experiência revela uma natureza variável, por vezes ambígua, podendo ser tanto concreta como algo vivido, a exemplo de uma formação acadêmica, quanto abstrata, como o aprendizado que dela se extrai. Seu significado, portanto, depende do contexto em que é empregada.

2.3 O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO EM PEDAGOGIA COMO EXPERIÊNCIA FORMATIVA

O estágio em si, é visto como uma etapa crucial na formação de futuros professores, sabendo que, o(a) futuro(a) pedagogo(a) irá tornar-se em um profissional mediador do conhecimento ajudando os sujeitos com as informações em relação à sociedade em que está inserido e, também, contribuindo para a formação do intelecto crítico formativo da criança, assim, podendo ver suas teorias na prática. Desse modo, desenvolvendo profissionais capacitados, reflexivos e preparados para enfrentar os desafios da docência e, por extensão, impactando a sociedade diretamente na qualidade da educação oferecida.

O estágio supervisionado é um componente fundamental na formação de professores, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de licenciatura. Seu principal objetivo é aproximar os estudantes da realidade escolar, proporcionando experiências práticas que dialoguem com os fundamentos teóricos estudados na universidade. Trata-se de uma etapa essencial para a articulação entre teoria e prática no contexto da formação docente.

Um dos principais referenciais normativos sobre o estágio é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, que orienta e regulamenta a prática do estágio. O art. 61 da LDB afirma que “os estágios supervisionados constam de atividades de práticas pré-profissionais exercidas em situações reais de trabalho, nos termos da legislação em vigor”.

Nas matrizes curriculares das universidades e faculdades, o estágio supervisionado é considerado por muitos docentes como um campo de pesquisa e investigação, assumindo-se como um espaço essencial para a formação prática. Nesse processo, o futuro professor interage com a complexa realidade da sala de

aula, reflete sobre suas ações e começa a construir sua própria identidade profissional.

Esse momento é crucial na trajetória do discente em formação, pois oferece a oportunidade de vivenciar a docência em sua totalidade: suas fragilidades, dúvidas, desafios e descobertas. É durante o estágio que muitos estudantes confirmam sua escolha pela profissão ou repensam seu caminho, sendo essa uma fase decisiva no processo de profissionalização docente.

Além dos estágios obrigatórios, existe a possibilidade de o estudante participar de estágios não obrigatórios e remunerados, que, apesar de não constarem como exigência formal no currículo, exercem um papel fundamental como prática formativa, e em algumas instituições de ensino superior podem ser contatados como carga de atividades complementares. Para Kulcsar (2008 *apud* Gomes 2014, p. 18), “pode-se perceber a importância do estágio (...) como elemento capaz de desencadear a relação entre pólos de uma mesma realidade e preparar o aluno estagiário para o mundo do trabalho”.

O estágio permite que o discente vivencie práticas educativas, construa conhecimentos sobre a identidade escolar e consolide sua profissionalidade. Em alguns casos de profissões que exigem formação de nível superior, um dos requisitos para que se obtenha o título é o cumprimento de horas de estágio que variam de acordo com a área de formação.

Em relação ao estágio não obrigatório trata-se de uma atividade opcional, realizada fora da carga horária mínima exigida pelo curso. Geralmente é remunerado e firmado por meio de contrato com instituições públicas ou privadas, sob a regulamentação da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio).

O estágio é visto como um ato educacional complementar à teoria vista em sala de aula e deve ser encarado como uma preparação para o mercado de trabalho. Ao pensar nestes requisitos, a lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, surgiu para assegurar os direitos e deveres do(a) estagiário(a). Logo no primeiro artigo dessa regulamentação, o conceito de estágio é estabelecido:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (Brasil, 2008, art. 1º)

A Lei do Estágio, estabelece que o estágio remunerado é aquele em que o(a) estagiário(a) receberá uma bolsa ou outra forma de contraprestação acordada. Essa remuneração, no caso de estágio não obrigatório, é obrigatória, assim como o auxílio-transporte. No artigo 12 da lei detalha as regras sobre a remuneração do estagiário, incluindo a possibilidade de outros benefícios, “O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.” (Brasil, 2008, art.12).

O discente em formação que almeja tornar-se um profissional qualificado precisa vivenciar experiências práticas no mercado de trabalho. Nesse contexto, diante das limitações dos estágios supervisionados obrigatórios, o estágio não obrigatório remunerado surge como uma oportunidade complementar. Ele contribui significativamente para o aprimoramento de metodologias, o desenvolvimento de habilidades como a comunicação, e a articulação entre teoria e prática, enriquecendo o processo formativo ao longo da trajetória acadêmica.

Em relação a sua valorização nas instituições escolares o discente no estágio não obrigatório tem a oportunidade da remuneração, sendo um dos fatores motivacionais importante, especialmente em cursos como Pedagogia, que tradicionalmente atraem estudantes de diferentes contextos socioeconômicos. Além do benefício financeiro, a valorização do trabalho realizado em estágios não obrigatórios reforça a importância da atuação do pedagogo em múltiplos espaços educacionais.

Ao pensarmos sobre isso, o(a) estagiário(a) em pedagogia atua como um apoio em atividades pedagógicas e sociais dentro duma escola, tendo contato direto e indireto com alunos em situações de vulnerabilidade, o que o coloca diante de questões como pobreza, violência, abandono escolar e desigualdade educacional. Além disso, as condições de estágio variam conforme o contexto social da escola, sendo elas de rede particular ou pública, o que pode gerar experiências formativas desiguais. Enquanto alguns estagiários contam com boa infraestrutura e acompanhamento pedagógico, outros atuam em escolas com recursos limitados e sem supervisão adequada.

Entretanto, apesar dessas dificuldades, o estágio também representa uma oportunidade de vivência real da profissão e de atuação social, permitindo ao estudante desenvolver sensibilidade, responsabilidade e consciência crítica diante

das desigualdades educacionais que possam a vir a enfrentar futuramente em sua carreira. Afinal, “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 2011 *apud* Cunha; França, 2019, p.12). É preciso respeitar a liberdade e promover a autonomia, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas valorizando o(a) aluno(a) quanto o profissional da educação.

Ao estar inserido numa instituição, o discente para formalizar a realização do estágio remunerado, assina um Termo de Compromisso de Estágio (TCE), neste documento, é firmado entre as três esferas: estudante, empresa e instituição de ensino, constando todas as condições das atividades a serem desenvolvidas, incluindo a carga horária, as tarefas e o valor a ser pago. Além de que, este documento assegura o que tem que ser feito e o que não pode na escola, e as tarefas e horários do estágio não podem afetar a sua vida acadêmica.

Contudo, como em qualquer trabalho, o estágio não obrigatório remunerado também tem desafios, e é fundamental que ele seja acompanhado por supervisão adequada e esteja vinculado às práticas pedagógicas coerentes com a formação docente. Visto que, quando mal conduzida, pode se transformar em atividades meramente burocráticas e repetitivas, sem valor formativo real, prejudicando o aprendizado e desenvolvimento do discente/estagiário(a).

Isto também nos leva a refletir sobre a precarização do trabalho docente que o(a) estagiário(a) pode estar sujeito nas instituições de ensino, pois estudos mostram que essas dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante o estágio nas instituições estão relacionadas a diversos fatores. Entre eles, destacam-se a inexperiência, a falta de suporte no desempenho das atribuições diárias, a resistência por parte do professor regente em aceitar a colaboração do estagiário na elaboração de atividades, como as sequências didáticas, já que, muitas vezes, a participação de outra pessoa nas decisões pedagógicas para a sala de aula não é bem recebida, e a designação de tarefas que não fazem parte da função do estagiário, caracterizando e chamado “desvio de função” (Araújo, Braga, Venancio, 2022).

2.3.3 AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

As relações interpessoais são essenciais para o ser humano e seu desenvolvimento, pois somos seres sociais, e esta é uma das características fundamentais para a nossa existência e evolução ao longo do tempo, mesmo que essa interação seja indireta ou direta. Segundo Antunes (2014, *apud* Baia; Machado, 2021, p.3) as relações interpessoais são “[...] o conjunto de procedimentos que, facilitando a comunicação e as linguagens, estabelece laços sólidos nas relações humanas”. Essa interação dentro da instituição educacional é de extrema importância, pois é por meio dela que nos comunicamos, solucionamos, ou, entramos em consenso para resolver conflitos e contribuimos para a construção de um ambiente favorável. Além disso, o convívio proporcionado por essas relações é essencial para o desenvolvimento das aprendizagens do discente em formação.

Inserir-se em um espaço escolar nem sempre é uma tarefa fácil, pois, na maioria das vezes o estudante enfrenta dificuldades relacionadas com a falta de experiência e a incerteza quanto ao papel que desempenharão no ambiente educacional, além de que, é na prática do estágio que o discente tem noções sobre a docência. As aprendizagens desenvolvidas durante a trajetória acadêmica acabam sendo insuficientes para ter certeza sobre a profissão, e somente com os estágios supervisionados não supre com a falta destas aprendizagens. Segundo Kulcsar (2008): “[...] a universidade não está sendo capaz de proporcionar essa integração, ou seja, o aluno não é capaz de reinterpretar e aplicar a teoria em relação à prática” (Kulcsar, 2008 *apud* Gomes 2014, p.18), devido a isso, a procura de estágio não obrigatório tem sido uma das possibilidades para aproveitamento prático e de uma vivência da realidade escolar e seu cotidiano.

E o(a) estagiário(a) ao estar inserido neste espaço, onde ocorre o ‘estágio’ pensa-se sobre sua interação com o ambiente escolar, pois, é importante para o sujeito se moldar enquanto pessoa além de socializar-se, desenvolver-se dentre outras coisas, para isso ou sobre isso, Piaget (1973) ressalta que:

Além dos fatores orgânicos, que condicionam do interior os mecanismos da ação, toda conduta supõe, com efeito, duas espécies de interações que a modificam de fora e são indissociáveis uma da outra: a interação entre o sujeito e os objetos e a Interação entre o sujeito e os outros sujeitos (...) cada interação entre sujeitos Individuais modificará os sujeitos uns em relação aos outros (Piaget, 1973, p.34-35).

Tendo em mente o que Piaget (1973) fala sobre a interação, também há a observação de todo um contexto escolar, a estrutura física, os sujeitos envolvidos, as metodologias adotadas em sala, ações pedagógicas no ambiente escolar, dentre outros elementos necessários para o desenvolvimento, regência em sala de aula, planejamento, baseada em todos os aspectos observados e fundamentados na vivência. Nesta perspectiva, Pimenta (2004) nos aponta que:

No estágio dos cursos de formação de professores, compete possibilitar que os futuros professores compreendam a complexidade das práticas institucionais e das ações aí praticadas por seus profissionais como alternativa no preparo para sua inserção profissional (Pimenta, 2004, p.43).

Sendo assim, o período de aprendizagem adquirido no estágio não obrigatório emerge como uma peça fundamental para o discente em formação, entretanto, muitos(as) estagiários(as) enfrentam desafios que comprometem o aproveitamento dessa etapa, como a falta de suporte, desvio de função e ausência de integração no planejamento pedagógico. Essas dificuldades refletem problemas estruturais e culturais nas escolas e universidades, como a desvalorização do papel do(a) estagiário(a) e a falta de alinhamento entre as instituições formadoras e o campo de prática. Essa situação pode desencadear impactos negativos no desenvolvimento profissional dos futuros docentes, na motivação para a carreira e, em última instância, na qualidade do ensino.

Ao compreender as relações humanas, a inserção e a interação com o ambiente escolar, as coisas tornam-se mais fluidas, favorecendo na resolução dos problemas e conflitos que venham a ocorrer, não apenas na instituição como no cotidiano. Nesse sentido, analisando as relações nas Escolas 1 e 2, observa-se a ocorrência de diferentes formas de interação social, que variam entre a colaboração coparticipativa e a valorização do estagiário em sua prática formativa.

Na Escola 1, a comunicação muitas das vezes exigia bem mais esforço do que deveria ser, as explicações eram vagas e não havia clareza nas informações com as atividades exigidas para estar sendo feitas em sala, apesar das diversas discussões nas reuniões entre as estagiárias, muita coisa era distorcida na prática, como: lidar com os conflitos entre os alunos, quando ocorria essas situações era pedido que enviasse os alunos para a coordenação, entretanto, ao chegar lá era pedido para que a professora resolvesse, e nisso, ficava um vai e vem de quem deveria estar resolvendo, não chegando muita das vezes em nenhuma solução, deixando assim

uma tarefa que deveria ser simples em algo complicada, estressante e cansativo.

Além disso, as estagiárias não tinham permissão de estar passando nada sobre o estudante para seus pais, mesmo que os responsáveis perguntassem sobre alguma informação, por mais simples que seja, não era permitido, o que ocasionava constrangimentos e estranhezas para ambos.

Na Escola 2, a autonomia ocupava um papel central, pois havia práticas institucionais com as quais eu não estava habituada, como, por exemplo, a participação em reuniões com os responsáveis pelos(as) alunos(as) para compreender suas preocupações e dificuldades, bem como, a coparticipação nas atividades elaboradas pelas professoras regente e a coordenadora pedagógica, e a troca de informações e ideias que poderia estar ajudando para o desenvolvimento das aprendizagens das crianças. Essa vivência representou uma importante oportunidade de aprendizagem e crescimento profissional. Conforme destaca Freire (1996), o respeito à autonomia, entendido como o amadurecimento do ser para si, é um processo contínuo, um vir a ser, que não se limita a um momento específico. Assim, uma pedagogia da autonomia deve estar firmada em experiências que estimulem a tomada de decisão e a responsabilidade, ou seja, em vivências que respeitem a liberdade.

Desse modo, é compreendido que o ambiente que proporciona uma comunicação objetiva, clara, respeitosa e empática configura-se como um espaço propício ao desenvolvimento mútuo, favorecendo tanto a formação do(a) discente/estagiário(a) quanto o aprimoramento institucional da escola e dos sujeitos que a compõem.

3. A EXPERIÊNCIA FORMATIVA NOS ESPAÇOS DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO: CARACTERIZANDO A PESQUISA

Nesta seção abordamos os aspectos metodológicos da pesquisa, considerando que a metodologia é a base para o direcionamento, estruturação e validação do estudo científico, pois ao possibilitar o alcance dos objetivos propostos é primordial na construção de um conhecimento confiável e relevante.

Assim, narro a experiência formativa vivenciada nos estágios não obrigatórios e remunerados em duas instituições escolares de natureza distinta: uma da rede particular e outra da rede pública, objetivando significar a experiência formativa realizada nos estágios não obrigatórios remunerados em diferentes contextos

escolares da rede pública e particular.

Portanto, a abordagem empreendida se adequa ao nosso objetivo, pois segundo Marli André (1986), a pesquisa qualitativa é um tipo de investigação que se preocupa em compreender os significados, valores, intencionalidades e relações humanas em contextos sociais específicos. Ela não busca generalizações, mas a compreensão profunda de fenômenos complexos, especialmente no campo da educação. Assim, a “pesquisa qualitativa tem como objetivo compreender os processos e não apenas descrever resultados.” (André, 1986. p.25).

De acordo com André (1986), a pesquisa qualitativa parte do princípio de que a realidade é construída socialmente, sendo necessário que o pesquisador adote uma postura interpretativa e reflexiva. Assim, a pesquisa qualitativa, conforme a autora, mostra-se especialmente apropriada para estudos em educação, por possibilitar uma compreensão mais aprofundada dos processos educativos e das práticas escolares em suas múltiplas dimensões.

Nesse sentido, o olhar do pesquisador não é neutro, mas sim influenciado por sua trajetória, valores e compreensões de mundo. O envolvimento direto com o campo de estágio não obrigatório remunerado torna-se essencial para captar os sentidos e significados atribuídos às experiências vividas.

Para a coleta de informações, utilizou-se de instrumentos como observação, análise documental e registros de campo da própria autora, permitindo a construção de um panorama rico e detalhado da realidade estudada.

André (2013), diz que as narrativas são formas legítimas de conhecimento, pois revelam não apenas fatos, mas também sentidos, valores, emoções e interpretações dos sujeitos sobre sua própria trajetória. A pesquisa narrativa, portanto, não se limita à descrição de acontecimentos, mas envolve uma análise reflexiva e interpretativa das experiências contadas.

Tal estratégia metodológica possibilitou a partir da narrativa construída do vivencial no estágio não obrigatório remunerado acessar com profundidade as experiências formativas no contexto escolar apresentado, e, a partir da organização e categorização das informações empreender uma análise reflexiva e interpretativa.

Na perspectiva de André (2013), essa abordagem é especialmente relevante para estudos sobre formação docente, já que permite aos professores e estudantes resgatarem suas memórias escolares e profissionais, promovendo um processo de autorreflexão e (re)significação da prática pedagógica. Assim, contar histórias torna-

se um modo de compreender a si mesmo, o outro e o contexto educativo em que se está inserido, pois, o pesquisador, nesse tipo de estudo, acaba tendo que ter uma escuta sensível e análise cuidadosa, respeitando a singularidade de cada narrativa.

Entendi que pesquisar o estágio não obrigatório remunerado é importante e ainda um tema que precisa ser mais debatido e compreendido, assim quando utilizo os princípios da pesquisa narrativa, percebi que ao narrar também compreendi a minha própria experiência, pois “Educação e estudos em Educação são formas de experiência. Para nós, a narrativa é o melhor modo de representar e entender a experiência” (Clandinin; Connelly, 2015, p.48). Nesse sentido, a perspectiva narrativa visa a reflexão e ressignificação da experiência, pois “elas nos são reveladas como aquelas que requerem estudo, desenvolvimento, exploração, investigação em profundidade” (Contreras Domingo, 2016, p. 16, *apud* Lima, 2024).

Esta é uma forma de diferenciar uma vivência particular (são incontáveis) de uma experiência, pois estas requerem reflexão, (re)significação e análise quanto ao seu impacto e ao quanto nos toca em profundidade como é o caso da experiência do estágio (Lima, 2024). Dessa forma, será dada ênfase a experiência nos espaços escolares no contexto do estágio não obrigatório remunerado refletindo sobre sua importância para o aprimoramento do aprendizado da docência na formação acadêmica.

Para uma melhor contextualização, apresento o bairro onde ficam situadas as escolas que compõem a pesquisa, trazendo um pouco da história da instituição, dos ambientes, dentre outras características, como também as atividades desempenhadas, narrando algumas situações ocorridas nas instituições de redes diferentes, sendo elas: uma na rede particular e outra na rede pública, onde seus nomes não serão mencionados, e contará como Escola 1 e Escola 2.

3.1 CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA 1 E SEUS AMBIENTES

A primeira instituição em que atuei como estagiária, na função de auxiliar de classe, foi com o 3º ano do ensino fundamental I, numa escola da rede particular, que está localizada na Rua Francisco Souza, Roma, Salvador, Bahia, e chamaremos de Escola 1. Esta escola oferece ensino desde da Educação Infantil até o Ensino Médio. Sobre sua história, a Escola 1, iniciou suas funcionalidades em 1896, no centro de Curitiba, Paraná, na rua Paula Gomes, nº 290, em uma casa de janelas

grandes, apenas com a finalidade de ajudar a comunidade da região a ler e escrever, sem fins lucrativos. Ao longo de seu desenvolvimento institucional, a escola passou a ser uma instituição de rede particular, e com as mudanças e evolução nas leis que norteiam a educação no Brasil, a escola foi se moldando, assim, surgindo com uma filosofia educacional, além de, contemplar os objetivos previstos na Base Nacional Curricular - BNCC para a Educação Básica. A escola 1 também contempla objetivos específicos para o desenvolvimento da criança com base em princípios ético-cristãos, esses princípios, têm como foco pedagógico um ensino de valores, pensamento crítico e aplicação para a vida com uma educação prática, ativa e significativa, já que, a Escola 1 é uma instituição de caráter religioso.

A Escola 1, iniciou seu funcionamento na região do bairro de Roma, Salvador, Bahia, a 100 anos atrás, sendo a primeira escola da rede em Salvador. A instituição é fortemente ativa em relação à sua comunidade a qual está situada, na rua ao lado da escola tem uma praça como lazer para as pessoas da região. Sua localização também é próxima ao conhecido Hospital Irmã Dulce e ao lado temos o conhecido Largo de Roma, mas que antigamente se chamava Praça da Bandeira, e atualmente tem como nome Praça Irmã Dulce, lá se encontra o Memorial Santa dos Pobres “Irmã Dulce” como um ponto de atração do bairro.

Sua infraestrutura é bem organizada, contendo 24 salas de aula, 12 banheiros, sendo um deles voltado para acessibilidade, um pátio coberto e um descoberto, uma cantina, onde os alimentos/lanches são vendidos para os alunos, uma quadra de futebol/esportes, uma secretaria, uma sala dos professores, uma copa para os funcionários, uma sala da coordenação, uma sala da vice diretora, uma sala da psicopedagoga, uma parquinho infantil, uma biblioteca e um laboratório, além de ter uma igreja/capela acoplada na lateral da escola, onde as crianças têm aulas de canto e fazem apresentações, e tem a sala de espera, quando os alunos da Educação Infantil chegam cedo para aula, eles são direcionados para ficarem lá, pois, no pátio ocorre o risco de se machucarem devido aos estudantes do Ensino Médio.

Em relação ao seu sistema de ensino, como já citado acima, além de abranger a BNCC, ele também contempla o estudo religioso no seu dia a dia, seus livros didáticos são personalizados para cada período/etapa da criança na instituição desde o Ensino Infantil até o Ensino Médio.

3.1.1 PERCEPÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA NA ESCOLA 1

Na escola 1, minha função como estagiária era estar auxiliando junto com a professora regente os estudantes em sala de aula. A turma ao qual foi designada e contratada para auxiliar com as atividades programáticas foi o 3º ano do ensino fundamental I, no turno vespertino. Nesta turma, a realização dos planos de aulas semanais eram todas elaboradas pela professora regente em junção com a coordenadora, contudo, foi dito que a estagiária não poderia estar participando das elaborações, esclarecendo que não era função dela estar fazendo tal feito.

Sobre o ensino em cada etapa e seu sistema era da seguinte forma: o Ensino Fundamental, tem o foco pedagógico voltado em promover experiências, descobertas e crescimento pessoal, com discussões sobre seu exercício pleno de sua cidadania de uma forma consciente, participativa e solidária, no intuito de incentivar reflexões a partir da própria vivência. Nessa fase, ainda permeia os programas de ensino religioso, arte, educação financeira, além do desenvolvimento da língua inglesa e outras competências da BNCC, ademais, na grade de estudos, também têm os livros didáticos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da aquisição de leitura e escrita do aluno(a) intitulados: “Escreva Corretamente”, “Ler é Uma Aventura” e o “Ler é Uma Descoberta”.

Figura 1 - Sala do Ensino fundamental I ao Ensino Médio



Fonte: Valani Review (2018).

Já as salas do ensino fundamental I, a partir do 2º ano até o ensino médio, são todas padronizadas, sem muita informação na parede, e quando tinha era um panfleto informativo sobre algo que viria ocorrer na escola, como, gincana escolar, apresentação sobre alguma temática, sendo, dia da água, dia das mães,

independência do Brasil entre outras coisas, totalmente diferente da educação infantil que havia várias coisas nas paredes como ajuda para a aquisição da aprendizagem do(a) aluno(a).

De início, como auxiliar/estagiária, não havia entendido como auxiliaria os estudantes em junção com a professora regente, sendo que nem ela sabia lidar com outra pessoa em sala de aula já que era a primeira vez dela tendo 'ajuda', pois, estava acostumada a fazer tudo sozinha. O que a coordenadora explicou ficou meio vago e sem coerência, entretanto, com bastante conversa e discussões do que poderíamos estar fazendo, ficou resolvido que eu ficaria apenas de olho em algumas crianças, tirar somente dúvidas das questões das atividades programáticas, como: o livro didático da sala ou atividades impressas sobre assuntos específicos de tal matéria, podendo ser: matemática, geografia, história, entre outras, e durante as provas finais das unidades eu ficaria auxiliando em uma outra sala os estudantes que haviam dificuldades na leitura e escrita para não 'atrapalhar' os(as) demais alunos(as) que não precisavam do meu auxílio. Ajudar também quando houvesse projetos e trabalhos com manuseios de materiais perigosos para as crianças. Quando havia aulas de inglês e artes, eu também ficava na sala para ajudar os professores destas matérias com as atividades, mas grande parte do tempo nessas aulas eu só ficava observando sentada, já que não havia tanta coisa assim para serem feitas. Nas aulas de educação física, não era permitido a participação, pois, era informado que a estagiária 'não teria o que fazer', por isso, nos horários da disciplina de educação física era pedido para ser arrumado os armários que ficavam as atividades impressas, alguns livros e objetos da professora regente, além de ajudar a ajustar as carteiras que os alunos tiravam do lugar.

Além disso, nas aulas de canto/coral nos dias de terça-feira no segundo horário (14:15h), ficava com a professora de música também, apenas ajudando ela com o foco dos alunos para que eles aprendessem as músicas, pois, alguns deles durante a aula gostavam de ficar conversando.

Embora eu tenha sido contratada para estar com 3º ano do ensino fundamental I, muitas das vezes, era designada para outras turmas quando faltava a professora regente da sala, ou, uma outra estagiária. As turmas eram: o G5, G3 e o G4 da educação infantil, onde nestas turmas eu só ficava observando para que nenhuma das crianças se machucasse, já no 1º e 2º ano do ensino fundamental I, eu ficava apenas de olho nas crianças que tinha TEA - Transtorno do Espectro Autista, para

que elas não ficasse desconcentrado os demais alunos com as atividades em sala, no qual, para isso, deveria haver uma ADI - Auxiliar de Desenvolvimento Infantil com eles, entretanto era posto uma estagiária para suprir essa falta.

Na educação infantil, o trabalho é desenvolvido para cada faixa etária de maneira a explorar o aprendizado de valores, a interação social, a aquisição da linguagem oral e escrita, a construção de conceitos matemáticos e as habilidades artísticas, considerando que a criança é um ser pensante e traz consigo experiências de vida e conhecimentos prévios. O material didático, ou seja, os livros, são totalmente interativos, para que a aluno(a) se envolvam nos assuntos levando-os ao autoconhecimento, desenvolvimento de suas habilidades e a construção de valores e saberes, objetivando o bem-estar e a felicidade de cada aluno(a). Para esta etapa, a Escola 1 também engloba o currículo com programas de artes, estudo religioso, educação financeira e educação para transporte.

Figura 2 - Sala da Educação Infantil



Fonte: Valani Review (2018).

Essas salas da educação infantil, vai do G3 até o 1º ano do ensino fundamental I, sendo todas tematicamente iguais, com: calendário do mês, um mural com a data de aniversário dos estudantes, um mini mural contendo o nome do ajudante da semana, placas com o sistema alfabético na parede de A a Z em letra de fôrma e cursiva com uma representação visual de algum objeto ou animal para que a criança faça a associação da letra-imagem-som, e etc.

Nas turmas da educação infantil, a primeira turma que fui designada a ficar por um tempo, foi o G3, pois, a estagiária desta sala iria se ausentar por uma semana devido a um procedimento médico urgente que estaria fazendo, com isso, nesta turma fiquei apenas observando os alunos, e às vezes conversava com eles durante

o intervalo da refeição. A maioria das atividades que faziam eram voltadas ao desenvolvimento motor delas, usando o lúdico, com tinta guache, giz de cera e lápis de cor. Na aquisição do sistema alfabético a professora usava bastante o recurso tecnológico visual com música, a televisão, e depois fazia perguntas acerca das letras e o que elas conheciam que iniciava com a letra em questão. Aos conhecimentos numéricos, era elaborada brincadeira com recursos de papelão com números neles, postos no chão para simular uma amarelinha, brincadeira essa que, muitas vezes feita com giz desenhando quadrados com os números no centro deles.

Os dias em que as crianças iam ao parquinho eram de muita alegria e diversão. Nesse momento, era possível observar claramente o quanto os(as) alunos(as) se mostravam comunicativos(as) e cooperativos(as) entre si. A criatividade nas brincadeiras e a forma como organizavam quem faria o quê evidenciaram o nível de socialização que haviam adquirido, bem como a fluidez das interações entre eles(as). Essa vivência está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2010, p. 25), que afirmam que “o brincar é um dos eixos norteadores das práticas pedagógicas da Educação Infantil”. Além disso, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998, p. 22) destaca que “brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia”, reforçando que, por meio das brincadeiras, as crianças interagem, criam vínculos e constroem novas aprendizagens.

Figura 3 - Parquinho infantil



Fonte: desconhecida (2018)

O parquinho infantil é somente utilizado com as turmas do G3 ao G5 para a

estimulação do brincar para além da sala de aula, pois é através da brincadeira que ela desenvolve a imaginação, a criatividade, o emocional, a relação interpessoal, a cooperação, entre outras. Sendo assim:

(...) ainda que se possa comparar a relação brinquedo-desenvolvimento à relação instrução-desenvolvimento, o brinquedo proporciona um campo muito mais amplo para as mudanças quanto a necessidades e consciência. A ação na esfera imaginativa, em uma situação imaginária, a criação de propósitos voluntários e a formação de planos de vida reais e impulsos volitivos aparecem ao longo do brinquedo, fazendo do mesmo o ponto mais elevado do desenvolvimento pré-escolar. A criança avança essencialmente através da atividade lúdica. Somente nesse sentido pode-se considerar o brinquedo como uma atividade condutora que determina a evolução da criança. (Vygotsky, 1991 *apud* Lemes *et al.*, 2016, p.2)

Nesse sentido, a prática pedagógica que valoriza o brincar e a interação estimula a imaginação infantil, contribuindo significativamente para o processo de aprendizagem. Por meio dessas experiências, a criança amplia seu conhecimento sobre si mesma, sobre o outro e sobre o mundo ao seu redor. Desde os primeiros anos de vida, o brincar faz parte do universo infantil, sendo um importante meio de expressão da afetividade e de construção de vínculos sociais. Segundo Kishimoto (2010):

(...) o brincar é a atividade principal do dia-a-dia. É importante porque dá a ela o poder de tomar decisões, expressar sentimento e valores, conhecer a si aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar. (Kishimoto, 2010 *apud* Oliveira; Santos, 2019, p. 4).

Em suma, na brincadeira a criança desenvolve o intelectual, o físico e sua imaginação, entre o paradoxo da liberdade e controle, e seu complexo no processo de apropriação de conhecimentos através do lúdico.

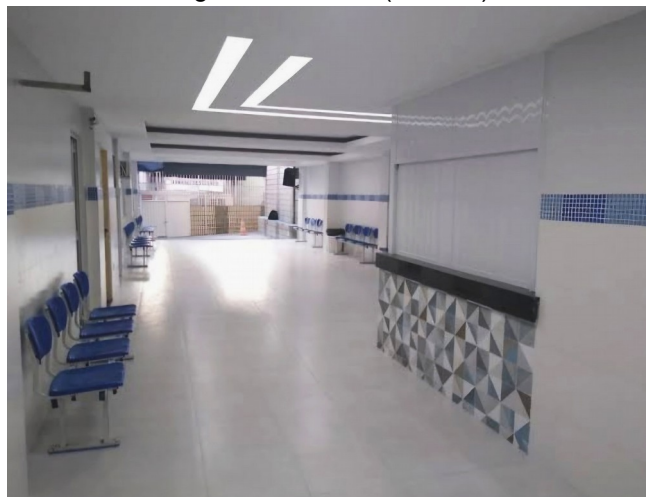
No G4, durante os dias em que acompanhei a turma, observei atividades voltadas para o conhecimento do funcionamento do sistema de escrita alfabética. As crianças faziam associações com seus próprios nomes, o que facilitava a compreensão desse mecanismo. Para Bosco (2002), afirma que:

“O conhecimento do próprio nome tem consequências sobre o processo de aquisição da linguagem escrita. Por se tratar de uma forma estável, que independe das vicissitudes do contexto, e por referir-se a um ser singular e real – a criança -, poderia ser tomada como ‘peça chave’ para o início da compreensão da forma de funcionamento do sistema de escrita.” (Bosco, 2002 *apud* Ribeiro, 2023, p. 2)

Essa associação facilita na compreensão da escrita fonema e grafema, além do som constituído em seu nome, assim, fazendo da criança o protagonista de sua aprendizagem.

No grupo G5, as atividades observadas estavam voltadas para ajudar as crianças a entenderem e construir o sistema silábico da escrita. Isso porque elas se encontravam no nível silábico-alfabético, uma fase de transição entre a escrita silábica (em que cada sílaba costuma ser representada por uma única letra) e a escrita alfabética (em que cada som é representado por uma letra). Segundo as pesquisadoras Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1979), nesse estágio a criança começa a escrever algumas sílabas de forma correta, com mais de uma letra, mas ainda mantém outras sob a lógica silábica. Aos poucos, ela percebe que certas sílabas têm duas letras e que outras podem ter ainda mais. Mesmo assim, ainda é comum que encontre dificuldades para separar as palavras ao escrever frases ou pequenos textos. Nessa fase, é frequente ouvirmos professores ou adultos dizendo que a criança “está engolindo letras”, o que faz parte do processo natural de alfabetização.

Figura 4 - Pátio 2 (coberto)



Fonte: desconhecida (2019)

O pátio 2, que é coberto, é utilizado de duas maneiras, uma, utilizado como área de espera pelos alunos, tanto na chegada para o início das aulas quanto na saída, enquanto aguardam os responsáveis ou os veículos escolares, e a outra, é utilizado como refeitório durante os intervalos/horários da merenda estabelecidos para cada turma, pois, no canto direito da imagem tem a cantina escolar, com

cardápios dos alimentos e bebidas a venda, onde também, os alunos podem estar esquentando no micro-ondas suas marmitas com sanduíches, e outros alimentos que trouxeram. Neste mesmo lado esquerdo, só que num canto à frente da cantina ficam as mesas e cadeiras plásticas amontoadas que são utilizadas durante o intervalo das refeições dos estudantes, os funcionários da limpeza e monitoria deste período, que põem e tiram quando as turmas finalizam de comer.

Figura 5 - Quadra de esportes



Fonte: Valani Review (2018).

A quadra de esportes é utilizada para diversos fins, sendo uma delas: atividades físicas da disciplina de educação física, para gincana entre os alunos do ensino fundamental II e o ensino médio, além de também ser utilizada para comemoração de alguma data comemorativas, como, dia dos avós, dia das mães entre outras datas, e nesses dias ela é toda decorada tematicamente.

Já o Ensino Médio, sendo a última etapa da educação básica, tem seu sistema pedagógico estruturado com ênfase no protagonismo do aluno(a), valorizando a autonomia e o desenvolvimento crítico. Contudo, o projeto pedagógico da instituição também direciona esforços para preparar os estudantes para os exames nacionais, incentivando-os a refletir numa carreira que queira seguir, com vistas ao ingresso no ensino superior.

Figura 6 - Pátio 1 (descoberto)



Fonte: Valani Review (2018).

O pátio 1, que é descoberto, é o local onde um dos monitores supervisiona o fluxo de entrada e saída dos alunos, responsáveis e funcionários. Após o término das aulas, é permitido apenas aos alunos do Ensino Médio permanecerem nesse espaço, enquanto aguardam o transporte escolar ou a chegada de seus responsáveis.

Refletindo sobre a experiência vivenciada nesta instituição, é possível perceber a forma como o(a) estagiário(a) foi inserido(a) nas práticas escolares. Na Escola 1, a minha atuação se limitou à execução de atividades previamente planejadas, sem participação no processo de elaboração, além de que, a maior parte das dificuldades em como executar as atividades ou lidar com situações foi pela falta de comunicação da coordenação e da professora regente, ademais, as frequentes mudanças de turma aconteciam de maneira inesperada, o que me deixava apreensiva sempre que ocorria pois era falo em cima da hora.

3.2 CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA 2 E SEUS AMBIENTES

Na Escola 2, através do PAAP - Programa de Apoio à Aprendizagem desenvolvido pela SMED - Secretaria Municipal de Educação de Salvador, é um programa que iniciou em 2023, tendo como objetivo principal colaborar com a recomposição das aprendizagens que ficaram prejudicadas pelo período da pandemia.

A instituição para a qual fui designada é uma escola da rede pública, localizada na rua Flavio Cavalcante no bairro de Sussuarana, Salvador, Bahia. Sobre sua história, a Escola 2, inaugurada no bairro de Sussuarana em 14 de agosto de 1977

e, fazendo atualmente 47 anos de funcionalidade. A relação da escola com a comunidade é bem forte, os(as) alunos(as) são todos moradores da região ao entorno da instituição, ao lado dela na esquerda tem uma delegacia e no lado direito fica a Creche Escola Municipal, no bairro não há um local de lazer e convívio social próximo para as crianças, os que têm ficam longe, como campo de futebol e a praça com brinquedos e equipamentos para exercício físico.

A escola funciona no período diurno e noturno, proporcionando flexibilidade para as famílias da comunidade, sua infraestrutura tem um tamanho pequeno, entretanto, tem uma ótima organização, nela temos um total de 6 salas de aula, que vai do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I, e no noturno ela contempla a Educação de Jovens e Adultos (EJA), além disso, tem uma cozinha, uma despensa, um pátio descoberto e um outro coberto, uma sala para os funcionários almoçarem e descansarem, mas, também é usada como sala de leitura com as crianças, têm uma secretária e quatro banheiros, sendo um deles adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.

As salas de aula da Escola 2 são todas padronizadas, com um mural grande ao fundo com o tema “Juntos vamos escrever o mundo!”, desenvolvido para ser um cantinho da leitura, próximo a ele tem vários livros diversos para que as crianças possam estar pegando para ler. Nas salas, também há placas com o sistema alfabético de A a Z contendo letras de fôrma e cursiva com uma representação visual de algum objeto ou animal para que a criança faça a associação da letra-imagem-som, tem o calendário do mês na parede, um mini mural com as datas de aniversário dos estudantes, além de conter um outro mural com combinadinhos de regras para um convívio harmonioso em sala, como: não xingar, não ficar gritando, respeitar o colega e a professora, sempre que tiver dúvida ou quiser beber água e ir ao banheiro levantar a mão, entre outros.

Figura 7 - Sala de aula do 1° ao 5° ano do Ensino Fundamental I



Fonte: produzido pela autora.

Esse pátio, que é coberto, é utilizado como passagem para as salas de aulas, secretaria e para a cozinha, durante o período de chuva ele fica lotado com os alunos na hora da saída. Na imagem, logo à frente, é possível observar um gradeado que tem um ventilador de teto acima, é onde fica a cozinha, nela são feitos os alimentos dos meninos, embora, os estudantes apenas pegue, não há uma cantina própria para eles, e devido a isso, o alimento é consumido em sala de aula.

Figura 8 - Pátio coberto



Fonte: produzido pela autora.

A função como estagiária nesta escola foi de estar auxiliando os alunos junto às professoras regentes para o desenvolvimento de leitura e escrita, da

interpretação, e às vezes, ajudar com questões sobre a disciplina de matemática em relação aos conhecimentos numéricos que o estudante poderia ter, as turmas ao qual fui designada para ficar eram o 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental I.

3.2.1 PERCEPÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA NA ESCOLA 2

Na Escola 2, minha principal função era estar acompanhando um determinado percentual de alunos que estavam com dificuldades na aquisição da leitura e interpretação, fora aqueles que também tinham dificuldade nos conhecimentos numéricos, como os problemas matemáticos e suas regras de sinais ao utilizar: adição, subtração, divisão e multiplicação, sendo que, esta realização seria feita em dias específicos para o acompanhamento em cada turma.

De início, foi pedido para ficar observando as crianças de cada turma listadas com baixo rendimento em sua aprendizagem, resultado esse deixado pela pandemia, foi realizado diagnósticos do que elas sabiam e o que não compreendiam aos assuntos das respectivas séries em que estavam inseridas anteriormente ao que estavam atualmente. Após essa semana de observação, houve uma reunião com a coordenação pedagógica do que poderia estar fazendo com eles para o desenvolvimento das aquisições da leitura e escrita, sendo elas diversificadas, indo dos níveis de não-leitor ao leitor fluente e dos pré-silábicos (com valor e sem valor) aos silábicos alfabéticos em seus níveis de escrita. Ao quesito “atividades”, elas eram desenvolvidas/feitas pela coordenadora pedagógica ou com a professora regente da sala em junção com a estagiária, e também, esse acompanhamento com os estudantes era feito em sala de aula, ou, poderia ser realizado em uma sala onde funciona como copa para os funcionários.

A primeira turma designada foi o 4º ano A, nos dias de segunda-feira, com um total de 5 alunos para estar fazendo/desenvolvendo a leitura e interpretação, o trabalho foi realizado em conjunto com a professora regente da sala. Ao chegar na sala, fui apresentada para a turma como estagiária que estaria ajudando os(as) alunos(as) que tinham dificuldades na compreensão dos respectivos assuntos da disciplina e Português, após isso, a professora foi explicando como cada aluno estava na aquisição da leitura e seus níveis, depois, foi discutido como seria a realização das atividades de interpretação e leitura de textos com os alunos. Desse modo, foi acertado que durante as aulas de língua portuguesa seria feita essa

realização, utilizando os gêneros textuais, como: parlendas, fábulas, bilhete, resumo, resenha, ficha, receita e entre outras, para estar fazendo leituras recorrentes com os estudantes, para mais, fazer a interpretação sobre o que o texto traz em informação, narrativa, explicação, instruções, entre outras. Já com essa turma não houve a necessidade de estar trabalhando os conhecimentos numéricos, pois, o grande foco para eles era totalmente voltado para as aulas de língua portuguesa.

Na turma do 5° ano A, com 12 alunos, sendo nos dias de terça, quarta e quinta-feira, tinha como o acompanhamento na leitura e escrita, interpretação e conhecimentos numéricos, com eles, as atividades desenvolvidas também era com os gêneros textuais, mas, seu maior foco era principalmente os tipos textuais, sendo eles: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, e injuntivo. Aos conhecimentos numéricos, na série do 5° ano temos o aprofundamento no sistema de numeração decimal, operações com números naturais e racionais, resolução de problemas, cálculo de áreas e perímetros, e introdução a conceitos de geometria espacial e estatística, e os alunos tinham uma séria dificuldade ao utilizar a divisão, que é uma das quatro operações básicas da matemática.

Cada aluno(a) tinha uma dificuldade diferente em relação à leitura e interpretação, alguns, liam com uma certa prontidão mas ao interpretar demonstrava que não havia compreendido o que leu, e outros, tinham a leitura arrastada, devido ao costume de não fazer leituras recorrentes, por estar “cansado”, ou, ter a dificuldade de manter-se focado lendo. Para estimular o desenvolvimento da leitura de forma mais eficaz, iniciou-se com a utilização de textos curtos, como estratégia para criar o hábito da leitura no cotidiano. Após cerca de três semanas utilizando esse método, foram introduzidos textos mais longos, com maior número de parágrafos, a fim de ampliar gradualmente a capacidade de compreensão e resistência leitora dos alunos. Gradualmente, tornou-se evidente a evolução dos estudantes na aquisição da leitura, bem como o aumento do interesse pela prática leitora, que passou a surgir de forma espontânea, partindo da própria iniciativa dos alunos, com isso, a interpretação, que era uma simples leitura sem prestar atenção ao que o texto trazia de informação, para uma interpretação mais significativa, incluindo sentido aquilo que lia, sendo ela implícita e explícita, o que o autor quis trazer com tal abordagem e seu contexto.

Já com a turma do 3° ano A, com 6 alunos, sendo acompanhados nos dias de sexta-feira, foram realizadas atividades pedagógicas específicas como: o jogo do

alfabeto, onde a criança tinha que adivinhar quem era as vogais e quem eram a consoantes, para esse jogo foi utilizado material didático em papelão feito pela professora regente, outra atividade foi a do conhecendo as sílabas, por exemplo: na, ne, ni, no, nu. Com essa outra atividade os materiais didáticos utilizados também feito com papelão para um quadro interativo e dinâmico com os estudantes, além de serem feitas outras atividades realizadas para melhor compreensão do sistema alfabético e aprimorar a leitura e escrita das crianças.

As atividades que foram desenvolvidas com uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental I, foi possível identificar diferentes níveis de aquisição da leitura e da escrita, conforme os estudos de Ferreiro e Teberosky (1979). Dois alunos se encontravam, ainda, no nível pré-silábico, onde estavam em processo de compreensão do sistema alfabético. Nessa etapa, a criança não estabelece correspondência entre os sons da fala (fonemas) e as letras (grafemas), muitas vezes escrevendo agrupamentos aleatórios de letras. Por exemplo, na atividade diagnóstica feita pelo professor regente em junção com a estagiária, os estudantes ao tentarem escrever a palavra “luva”, produziam algo como “linalavl”, demonstrando ausência de correspondência sonora e de noção silábica.

Na mesma turma, outros dois alunos estavam no nível silábico, fase em que a criança já reconhece que há uma relação entre o som e a escrita, buscando representar graficamente cada sílaba da palavra. Contudo, ainda há simplificações, como o uso de uma única letra para representar uma sílaba inteira. Por exemplo, na atividade feita em sala, eles(as) colocaram a palavra “gato” escrita como “go” ou “ao”. De acordo com Ferreiro e Teberosky (1979), nesse estágio, os alunos utilizam critérios quantitativos (preocupação com o número mínimo de letras) e qualitativos (variedade de letras) para construir suas hipóteses sobre a escrita.

Essas observações demonstraram a importância de intervenções pedagógicas adequadas para o nível de desenvolvimento da linguagem escrita de cada aluno, fazendo com que pensássemos em atividades diferenciadas para o desenvolvimento da aprendizagem deles.

Uma das atividades planejadas para auxiliar na aquisição do sistema alfabético e na compreensão das sílabas foi o uso de jogos online. Para isso, utilizou-se o recurso tecnológico do projetor multimídia, ou datashow durante as aulas de Língua Portuguesa. A professora regente utilizou a plataforma escolhida ‘*Wordwall*’, um site que permite a criação de atividades interativas e jogos educativos voltados a

diferentes disciplinas e faixas etárias, além de oferecer acesso a jogos já elaborados por outros usuários.

A plataforma ‘*wordwall*’ foi apenas uma das atividades utilizadas, não se limitando apenas à interação com a tela. Durante os jogos, os alunos eram orientados a copiar no caderno a palavra ou letra que aparecia, registrando tanto o que entendiam inicialmente quanto a forma correta posteriormente. Essa prática contribuiu para fixar o conteúdo e fortalecer a associação entre som e grafia. A participação das crianças era visivelmente ativa e entusiasmada, e o envolvimento nas atividades favoreceu significativamente o desenvolvimento daqueles que ainda apresentavam dificuldades na compreensão do sistema alfabético.

Em relação a experiência vivenciada na Escola 2, houve coparticipação ativa, com espaço para expressar opiniões, proposição de ideias e colaboração na construção das atividades. Todas as ações eram comunicadas com antecedência e organizadas por meio de uma planilha elaborada em conjunto com a coordenadora pedagógica, na qual constavam as turmas designadas para o apoio, do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, distribuídas conforme os dias da semana (de segunda a sexta-feira). Essa organização facilitava o planejamento e a execução das atividades voltadas ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos em conteúdos específicos.

Essas vivências evidenciam o quanto a presença do(a) estagiário(a) pode contribuir com a escola, especialmente quando há abertura para uma participação ativa. Nesses contextos, o desenvolvimento das habilidades de comunicação, em colocar as teorias na prática, fortalece a construção da identidade docente, tornando a formação mais significativa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições da experiência formativa do estágio não obrigatório remunerado no curso de pedagogia, embora não seja exigido formalmente, ela cumpre um papel significativo na formação profissional e humana de um futuro pedagogo, pois nela, envolve o enfrentamento de situações reais da prática docente que exige preparo emocional e capacidade de adaptação a diferentes contextos, o que pode ser especialmente desafiador nos primeiros contatos com a sala de aula.

Ao significar a experiência e discutir sua importância para a formação docente

inicial, compreendemos que toda vivência em sala de aula traz consigo aprendizagens, além de que, uma escuta ativa num ambiente de trabalho é essencial para o desenvolvimento profissional, e o diálogo, também, entre as pessoas, traz consigo contribuições para ambas as partes envolvidas.

Por essa razão, o estágio é considerado uma ferramenta de transformação, reconhecendo-se que essas experiências são espaços legítimos de aprendizagens, desde que sejam acompanhadas por supervisão adequada e condições formativas estruturadas. Apesar das dificuldades que surgem durante essas vivências, o(a) estudante amplia sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, contribui com a comunidade escolar, que se beneficia de novos olhares e práticas trazidos por ele(a).

O estágio não obrigatório remunerado, quando bem conduzido, pode ser uma experiência formativa valiosa, contribuindo para o amadurecimento profissional, o desenvolvimento de competências pedagógicas e a construção de uma prática docente crítica e transformadora.

Contudo, também alerta para o risco da precarização e da falta de orientação, que podem esvaziar o potencial formativo dessa vivência, e para que essas condutas fragmentadas não venha a ocorrer com frequência, é necessário um alinhamento inicial após a contratação do(a) estagiário(a) em junção com o(a) diretor(a) da escola, a coordenação, os(as) professoras(es) regente(s) da sala ao qual estará sendo designado como auxiliar no intuito de analisar o que será feito, como será feito, para assim, construir uma planilha detalhada com as demandas e atividades com sugestões e ideias.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Antonia Cristiana; LIMA, Deyvison. Experiência e escola para Jorge Larrosa. **Problemata - Revista Internacional de Filosofia**. v. 13. n. 1 (2022), p. 24-42. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/download/59877/35519/18174>. Acesso em: 19 de abril. 2025
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. São Paulo: Moraes, 1988.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa narrativa em educação: questões teóricas e metodológicas**. In: ANDRÉ, Marli E., D.A. (org.). Narrativas na pesquisa e na formação docente. São Paulo: Papyrus, 2013.
- ARAUJO, Ludmilla Carneiro; BRAGA, Simone de Almeida; VENANCIO, Bruno. Estudantes de Pedagogia em estágio não obrigatório: reflexões para a formação docente. **Linhas Críticas**. Vol.28. Brasília. jan./dez 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-04312022000100138. Acesso em: 14 de maio. 2024.
- ARRUDA, Lucielma B. Coelho de; SILVA, Joais Martins. **A relação da experiência docente e a produção de saberes**. 11 de set. 2020 Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_S A1_ID3266_11092020232344.pdf. Acesso em: 16 de abril. 2025.
- BAIA, Samira Fakhouri; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Relações interpessoais na escola e o desenvolvimento local. 2021. **SciELO Brasil**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/grXFbSRWQt5Zt64YDwLXjVh/> Acesso em: 29 de maio. 2025
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**; 2002. Acesso em: 11 de abril. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. **Brasília: MEC/SEB**; 2010; p.25. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 20 de maio. 2025.
- BRASIL. **Lei nº. 11.788 de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 08 de maio. 2025
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. **Brasília: MEC/SEF**, 1998. 3 v. p.22. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf Acesso em: 20 de maio. 2025
- CARVALHO, Michele Barroso de Oliveira; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Aprendendo e construindo a docência: estágio na sala de aula**. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2020. Disponível em:

<https://www.repositoriobib.ufc.br/000014/00001403.pdf> Acesso em: 05 de ago. 2023.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F.M. Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa. 2. ed. rev. Tradução Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia, MG: EDUFU, 2015.

CUNHA, Célia da; FRANÇA, Carla Cristie da; Organizadores. **Formação Docente: fundamentos e práticas do estágio supervisionado** - Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2019. Disponível em: https://pedagogiasocial.net/wp-content/uploads/2019/04/formac387c383o-docente-fundamentos-e-prc381ticas-do-estc381gio-supervisionado_web.pdf Acesso em: 08 de jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo; Paz e Terra. 2011.

GOMES, Paula Bittencourt. **O significado e a motivação do trabalho para estagiários**. ENAP - Escola Nacional de Administração Pública. Brasília-DF, 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2660/1/O%20significado%20e%20a%20motiva%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho%20para%20estagi%C3%A1rios.pdf> Acesso em: 08 de maio. 2025.

LIMA, Lílian Fonseca. **Infância, leitura literária e diferenças na experiência educativa de futuras professoras: sentidos que atravessam limites de gênero**. 2024. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2024. Acesso em: 30 de abr. 2025

NOGUEIRA, Silvana da Silva; SILVA, Priscila Cavalcante. **O processo de aquisição da língua escrita: fundamentado em Emilia Ferreiro e Ana Teberosky**. 2014. Santa Maria/RS; Brasil; Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia (AINPGP). Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2014/Modalidade_2datahora_25_05_2014_18_21_22_idinscrito_449_1fe05d4003b758754f391f52f0020681.pdf Acesso em: 09 de jun. 2025

OLIVEIRA, Gisele Coelho de; SANTOS, Jaqueline da Silva Conceição. **A importância das interações e das brincadeiras no contexto da educação infantil**. 2019. Conedu, VIII Congresso Nacional de Educação. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO_COMPLETO_EV174_MD1_ID9346_TB3150_08112022173922.pdf Acesso em: 09 de jun. 2025

PIAGET, Jean. **Estudos sociológicos**. Rio de Janeiro: Forense. 1973.

PIMENTA, Selma Garrido; *et al.* A formação de professores: identidade e saberes da docência. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 15-34. Disponível em: <https://pedagogiasoberi.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/pimentasaberes-pedagc3b3gicos-e-atividade-docente-identidaed-e-saberes.pdf> Acesso em: 15 de Abril. 2025

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RIBEIRO, Cássia Calandrini. Nome próprio: aquisição do sistema de escrita alfabética na Educação Infantil. 2023. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/> Acesso em: 09 de jun. 2025

RIBEIRO, Débora. **Experiência: Significado de Experiência**. Dicio: Dicionário Online de Português. 2011. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/experiencia/> Acesso em: 06 de maio. 2025.

TEIXEIRA, Maurozan Soares. O conceito de experiência em John Dewey: contribuições para uma epistemologia naturalizada. **Revista fundamentos**; Publicado em: 17 de dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/fundamentos/article/download/7865/4838>. Acesso em: 17 de abril. 2025.

VIEIRA, Isabela de Cássia Costa. **O estágio supervisionado e suas contribuições para a formação docente**. CONEDU. 2018. Disponível em: https://mail.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA1_ID3020_12082018223441.pdf Acesso em: 14 de maio. 2024

LEMES, Raquel Karpinski; LIMA, Eduarda Klein Della; LOPES, Andreia dos Santos. **A importância do brincar para a criança: educação infantil e anos iniciais**. 2016. FACCAT. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/A%20IMPORTANCIA%20DO%20BRINCAR.pdf> Acesso em: 03 de jun. 2025

WORDWALL. A maneira mais fácil de criar seus próprios recursos de ensino. **Site**. Disponível em: <https://wordwall.net/pt> Acesso em: 23 de jun. 2025